

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	13
CAPÍTULO I	
CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	15
1. Aspectos Introdutórios	15
1.1. Formação do Estado	15
1.2. A separação de Poderes	16
1.3. As três Funções Estatais	18
2. Conceito de Direito Administrativo	20
3. Administração Pública	21
4. Administração Pública em sentido estrito: critério objetivo e critério subjetivo	23
5. Poderes e deveres do administrador	24
6. Fontes do Direito Administrativo	25
7. A questão da codificação	27
CAPÍTULO II	
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	29
1. Conteúdo do Regime Jurídico Administrativo	32
1.1. Prerrogativas	33
1.2. Sujeições	33
1.3. Princípios do direito administrativo	34
1.3.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público ou Princípio da Finalidade Pública	35
1.3.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	36
1.3.3. Princípio da Legalidade	36
1.3.4. Princípio da Impessoalidade	37
1.3.5. Princípio da Moralidade	40
1.3.6. Princípio da Publicidade	41
1.3.7. Princípio da Eficiência	42
1.3.8. Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade	43
1.3.9. Princípio da Motivação	44
1.3.10. Princípios da autotutela e do controle	46
1.3.11. Princípio da continuidade do serviço público	48
1.3.12. Princípio da responsabilidade do Estado	49
1.3.13. Presunção de legitimidade dos atos praticados	49
1.3.14. Considerações Derradeiras	50

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	53
1. Conceitos relevantes.....	54
1.1 Tipos de Órgãos.....	56
2. Descentralização e desconcentração	57
2.1. Tipos de descentralização.....	60
3. Administração direta e indireta	60
4. Características comuns aos entes da administração descentralizada ..	63
5. Autarquia.....	65
6. Fundação	66
7. Empresas estatais	67
7.1. Empresa pública	68
7.2. Sociedade de economia mista	69
8. Características das entidades da administração indireta	71
9. Demais figuras que integram a administração descentralizada.....	84
9.1 Autarquias em regime especial.....	84
9.1.1. Agência executiva.....	85
9.1.2. Agências reguladoras	87
9.2. Terceiro Setor	87
9.2.1. Serviços sociais autônomos	88
9.2.2. Entidades de apoio	89
9.2.3. Organizações sociais	90
9.2.4. Organizações da sociedade civil de interesse público	92
9.3. Observações finais	93

CAPÍTULO IV

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO	97
1. Generalidades.....	97
2. Poder vinculado e poder discricionário.....	98
2.1. Uma breve introdução aos atos vinculados e aos atos discricionários.....	98
2.2. Os ditos poderes vinculados e discricionários.....	100
3. Poder Normativo ou Regulamentar.....	101
4. Poderes decorrentes da Hierarquia ou poder Hierárquico.....	103
5. Poder Disciplinar.....	105
6. Poder de Polícia.....	108
6.1. Introdução.....	108
6.2. Conceito	108
6.3. O Poder de polícia como uma manifestação “negativa” do Estado ..	111
6.4. O poder de polícia administrativo e as demais atuações de natureza policial do estado.....	112
6.5. Formas de Manifestação.....	113
6.6. Atributos do poder de polícia	115
6.6.1. Discricionariedade ou Vinculação	116

SUMÁRIO

6.6.2. Imperatividade ou coercibilidade.....	118
6.6.3. Exigibilidade.....	120
6.6.4. Executoriedade.....	121
6.6.5. Auto-executoriedade.....	123
6.7. Controle Judicial do poder de polícia.....	125
CAPÍTULO V	
ATOS ADMINISTRATIVOS.....	129
1. Fato da administração, Fato administrativo, ato da administração e ato administrativo.....	129
2. Conceito de ato administrativo.....	132
3. Elementos do ato administrativo.....	135
3.1. Sujeito Competente.....	135
3.2. Objeto.....	136
3.3. Forma.....	138
3.4. Motivo.....	140
3.5. Finalidade.....	143
3.6 Um Exemplo Prático.....	144
3.7. Discricionariedade e elementos do ato administrativo.....	145
4. Atributos.....	146
4.1. Presunção de legitimidade ou veracidade.....	147
4.2. Imperatividade.....	148
4.3. Auto-executoriedade e exigibilidade.....	148
4.4. Tipicidade.....	149
5. Discricionariedade (controle de legalidade e controle de mérito do ato administrativo discricionário).....	151
6. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo.....	154
7. Classificação.....	156
7.1. Quanto às prerrogativas com que atua a administração.....	156
7.2. Quanto à função da vontade.....	156
7.3. Quanto à formação da vontade.....	157
7.4 Quanto aos destinatários.....	158
7.5. Quanto à situação de terceiros.....	158
7.6. Quanto ao resultado do ato sobre a esfera jurídica do administrado.....	159
7.7. Quanto aos efeitos produzidos.....	159
8. Espécies de atos administrativos.....	159
8.1. Atos em espécie em função do conteúdo:.....	160
8.1.1. Licença e autorização.....	160
8.1.2. Autorização e Permissão.....	162
8.1.2.1. O ato administrativo de permissão e os contratos de concessão e permissão de serviço público.....	163
8.1.3. Admissão.....	165
8.1.4. Aprovação e homologação.....	165

8.1.5. Parecer.....	166
8.1.6. Visto	166
8.2. Atos em espécie em função do conteúdo:.....	167
8.2.1. Decreto.....	167
8.2.2. Portaria e resolução.....	167
8.2.3. Instrução, circular e ordem de serviço.....	168
8.2.4. Alvará.....	170
8.2.5. Ofício	170
9. Extinção do ato administrativo.....	170
9.1. A “morte natural” do ato administrativo.....	171
9.1.1 Cumprimento de seus efeitos.....	172
9.1.2. Desaparecimento do objeto sobre o qual recaí o ato ou ainda da pessoa por ele atingida.....	173
9.1.3. Renúncia	174
9.2. Retirada	175
9.2.1. Cassação.....	175
9.2.2. Caducidade.....	176
9.2.3. Contraposição	177
9.2.4. Revogação.....	178
9.2.5. Anulação	179
9.2.5.1. Vícios do ato administrativo.....	180
9.2.5.2. A teoria do abuso de poder.....	183
9.2.5.3. Estudo comparativo dos efeitos da anulação e da revogação do ato administrativo.....	186
9.2.5.4. Os “remédios” que podem ser utilizados para evitar a invalidação do ato.....	191
9.2.5.5. O ato inexistente.....	194

CAPÍTULO VI

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	195
1. Generalidades e Definição.....	195
2. Princípios.....	197
2.1. Princípio da continuidade do serviço público.....	197
2.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico.....	197
2.3. Princípio da modicidade das tarifas.....	197
2.4. Princípio da universalidade.....	198
2.5. Princípio da cortesia.....	198
3. Classificação	198
3.1. Serviços Públicos Próprios e Serviços Públicos impróprios.....	198
3.2. Serviços Públicos Administrativos e Serviços de Utilidade Pú- blica.....	199
3.3. Serviços singulares (<i>Uti singuli</i>) e Serviços Coletivos (<i>Uti Universi</i>).....	199
3.4. Serviços indelegáveis e serviços delegáveis.....	199

SUMÁRIO

4.	Regulamentação e Mecanismos de controle	200
5.	Serviços públicos prestados em regime de concessão e permissão	200
	5.1. Concessão de Serviço Público.....	201
	5.2. Permissão de Serviço Público	205
6.	Os serviços autorizados.....	206

CAPÍTULO VII

SERVIDORES PÚBLICOS	207
1. Generalidades.....	208
2. Cargo, emprego e função	210
3. Provimento	211
3.1. Formas de provimento.....	212
4. Vacância	214
5. Estabilidade	216
6. Subsídio e da remuneração.....	217
7. Acumulação.....	218
8. Direitos constitucionais.....	219
9. Aposentadoria	220
10. Responsabilidades e penalidades	223
11. Estatuto do Servidor Público Federal.....	226
11.1. Provimento	226
11.1.1. Formas de Provimento	227
11.2. Vacância.....	232
11.3. Remoção.....	233
11.4. Redistribuição.....	233
11.5. Vencimento e Remuneração	234
11.6. Vantagens	235
11.6.1. Indenizações.....	235
11.6.2. Gratificações e Adicionais.	236
11.7. Férias	237
11.8. Licenças, Afastamentos e Concessões	239
11.9. Servidor estudante e servidor portador de deficiência.	244
11.10. Direito de Petição.....	245
11.11. Seguridade Social do Servidor	246

CAPÍTULO VIII

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	251
1. Generalidades e conceitos prévios	251
2. Evolução histórica.....	253
3. Panorama atual da responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro	256
4. A responsabilidade das entidades da administração indireta	258
5. Os Atos Legislativos e os Atos Jurisdicionais.....	258
6. A responsabilidade do Agente e a Ação de Regresso.....	260

CAPÍTULO IX

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	263
1. Conceito	263
2. Classificação	263
2.1. Quanto ao órgão que o exerce	263
2.2. Quanto ao momento de seu exercício	264
2.3. Quanto a origem	264
2.4. Quanto ao conteúdo	265
2.5. Quanto aos fundamentos que o justificam	266
3. Controle administrativo	266
3.1. Controle de Ofício	267
3.2. Controle provocado pelo administrado	267
3.3. Prescrição	269
4. Controle Legislativo	269
5. Controle Judicial	271
5.1 Privilégios garantidos a administração em ações judiciais	271
5.2. Mecanismos de controle judicial da administração pública	272
5.2.1. Habeas Corpus	272
5.2.2. Habeas Data	273
5.2.3. Mandado de Injunção	274
5.2.4. Mandado de Segurança Individual	275
5.2.5. Mandado de Segurança Coletivo	277
5.2.6. Ação Popular	278
5.2.7. Ação Civil Pública	278
ANEXO	281
BIBLIOGRAFIA	285